PARECER PAR - GACS CLO - 13217/2015

PROCESSO TC/MS	:	TC/3398/2014
PROTOCOLO	:	1488508
UNIDADE JURISDICIONADA	:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CASSILANDIA
JURISDICIONADA/INTERESSADA	:	DÉBORA QUEIROZ DE OLIVEIRA MARIM
TIPO DE PROCESSO	:	PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO DE 2013
RELATOR	:	IRAN COELHO DAS NEVES

EMENTA: CONTAS ANUAIS DE GESTÃO. FUNDO ESPECIAL DE SAÚDE. PRESTAÇÃO DE CONTAS NÃO INSTRUÍDAS COM OS DOCUMENTOS EXIGIDOS PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA TCE/MS Nº 35/2011. DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL DESIGUAL A LEI. INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 37, 42, II, VIII E 59 III DA LCE Nº 160/2012 (LEI ORGÂNICA DO TCE/MS) E ARTIGOS 102, 103, 104, 105 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/1964. CONTAS IRREGULARES. MULTAS. SUGESTÃO.

1. RELATÓRIO

Trata-se de parecer sobre as Contas Anuais de Gestão do Fundo Municipal de Saúde do Município de Cassilândia - MS, tocante ao exercício financeiro de 2013. O versado parecer é emanado em conformidade com o determinado no art. 14, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 160, de 2 de janeiro de 2012, Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (LO-TCEMS).

Em análise introdutória a eminente 2ª Inspetoria de Controle Externo averiguou na fase de instrução processual impropriedades e irregularidades**.** Seguidamente, nos termos do art. 80, I, da Resolução Normativa nº 76, de 11 de dezembro de 2013, Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, (RITCE/MS) foi intimada para conhecimento e manifestação a **Senhora Ivete Aparecida Batista**, conforme Termo de Intimação INT – 18746/2014,

peça nº 23, igualmente a **Senhora Debora Queiroz de Oliveira Marim**, segundo o Termo de Intimação INT – 18747/2014, peça nº 24, momento em que ambas deixaram de apresentar defesa, em contrapartida o Prefeito Municipal apresentou defesa escrita instruída com documentos, peça nº 28.

Em ato ininterrupto a predita Inspetoria de Controle Externo deu prosseguimento à análise dos autos em conformidade com a Análise ANA-2ICE-14673/2014, peça nº 29, altura que concluiu que as impropriedades e irregularidades notificadas foram todas regularizadas.

No final, em vista do predito em cima a mencionada Inspetoria manifestou-se sobre estas Contas Anuais de Gestão, nos seguintes termos:

> *"Diante do exposto, entendemos que a presente prestação de contas encontra-se apta a **aprovação**, nos termos do Inciso I, do artigo 59, da Lei Complementar nº 160, de 2 de janeiro de 2012, c/c o Inciso I, do § 3º, do artigo 110, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, aprovado pela Resolução Normativa nº 7, de 11 de dezembro de 2013, sem prejuízo da apuração dos atos praticados no curso do mesmo período, através de outros procedimentos cabíveis a espécie."*

É o relatório. Passo a Opinar.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1. DA TEMPESTIVIDADE DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS

A apresentação destas contas anuais de gestão ocorreu em 01/04/2014, não obstante o comprovante do SEDEX, peça nº 1, não consta a data de sua postagem, à vista disso não é possível afiançar o cumprimento do prazo determinado no Manual de Remessa de Informações, aprovado pela Instrução Normativa nº 35, de 14 de dezembro de 2011 (Anexo I, Capítulo I, Seção II, Item 2, Subitem 2.4, Letra A), quer dizer, 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício financeiro, 31/12/2013, em concordância disso esta Auditoria considera o exame de tal matéria prejudicado.

2.2. DAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS E DA NORMATIZAÇÃO

PRINCIPAIS CARACTERÍTICAS E FUNÇÕES DO FUNDO		
Criado pela EC nº 29/2000.	**Formado por recursos:**	**a)** 15% dos recursos provenientes dos impostos e transferências, inclusive, juros, multas e dívida ativa de impostos.
		b) Recursos transferidos pela União e Estado.
		c) Eventuais rendimentos financeiros auferidos pela aplicação dos recursos do fundo.
		d) demais receitas do fundo
	Destinado a:	**e)** Escrituração e consolidação das contas da saúde no âmbito do Município.
	Prestação de Contas	**f)** Anuais.
	Fiscalização	**g)** Conselho de Saúde Municipal e Tribunal de Contas do Estado.
	Natureza	**h)** Especial.

O fundamento do exame das contas anuais de gestão do Fundo de Saúde encontra-se respaldado no art. 77, § 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da CF/1988, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, Institui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados e Distrito Federal e dos Municípios, na Lei Complementar Federal nº 101, 4 de maio de 2000 (LRF), Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, na Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012, Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal de 1988 para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, nas Portarias e Instruções Normativas (Expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN) e em Normas Regulamentares (Expedidas pelo TCEMS).

2.3. DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA O EXAME DAS CONTAS ANUAIS DO FUNDO DE SAÚDE

As averiguações das matérias versadas nos autos serão realizadas mediante versus as contemplações dos critérios:

2.3.1) Manifestação da Inspetoria de Controle Externo;
2.3.2) Remessa Obrigatória de Dados e Documentos;
2.3.3) Avaliação da Responsabilidade Fiscal;
2.3.4) Ausência do Parecer do Controlador Interno;
2.3.5) Orçamento;
2.3.6) Execução Orçamentária da Receita e da Despesa;
2.3.7) Demonstrações Contábeis;
2.3.8) Lei Complementar Federal Nº 141/2012;
2.3.9) Das Irregularidades;
2.3.10) Avaliação de Legitimidade e Economicidade; e
2.3.11) Documentos Digitalizados de Veracidade Ideológica Presumida.

2.3.1) Da Manifestação da Inspetoria de Controle Externo

Apreciada a manifestação da Inspetoria de Controle Externo sobre as Contas Anuais de Gestão em tela, peça nº 29, esta Auditoria opina no sentido de **não** recepcionar os argumentos presentemente defendidos, cujas explanações serão traçadas nas minucias deste parecer.

2.3.2) Da Remessa Obrigatória de Dados e Documentos

No que se refere à remessa obrigatória de dados e documentos, consoante com o Manual de Remessa de Informações, aprovado pela INTCE nº 35/2011, as contas anuais de gestão **não** estão instruídas com todos os documentos regulares exigidos no Anexo I, Letra B, Capítulo I, Seção II, Item 2, Subitem 2.4.

Na espécie, a Gestora deixou de apresentar os seguintes documentos:

Item 2. Cadastro dos responsáveis (inclusive do contador e controlador interno), conforme Subanexo I (**restou não apresentado o cadastro do controlador interno**), conforme apurado na peça nº 2; e

Item 3. Parecer técnico conclusivo da unidade de controle interno sobre as contas, **pois que a peça nº 3 apresentada não esta regularmente assinada pelo responsável pelo sistema controle interno, mas pela própria contadora que assinou os balanços gerais**.

No contexto, portanto, incidem as disposições dos artigos 37, 42, II, e 59, III, todos da Lei Complementar 160/2012, com as seguintes redações:

> *"Art. 37. As contas que, embora encaminhadas ao Tribunal, não reúnam a documentação exigida pela legislação devem ser consideradas não prestadas".*
> *"Art. 42. Para os efeitos desta Lei Complementar, é considerada infração toda violação de prescrição constitucional, legal ou regulamentar que discipline a prática de atos sujeitos ao controle externo, tais como:*
> *(...)*
> *II - a omissão total ou parcial de prestar contas no prazo estabelecido;*
> *(...)*
> *"Art. 59. As prestações de contas serão consideradas:*
> *(...)*
> *III - irregulares, quando for comprovada a prática de infração, nos termos do disposto no art. 42."*

Logo, nos termos da legislação *supra*, as contas devem ser consideradas como não prestadas.

Acresça-se, ainda, que a falta de remessa tempestiva de documentos, dados e informações sujeita o jurisdicionado à multa prevista no art. 46 da LO-TCE/MS, senão vejamos:

> *"Art. 46. A multa incidente sobre a falta de remessa tempestiva de informações, dados ou documentos ao Tribunal corresponde ao valor de uma UFERMS por dia de atraso, não podendo ultrapassar o valor correspondente ao de trinta UFERMS."*

2.3.3) Da Avaliação da Responsabilidade Fiscal

A LCF nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), igualmente a CF/1988 elencaram as seguintes exigências:

Fundamento	Exigências	Situação
CF/1988 (art. 164, § 3º) e LCF nº 101/2000 – LRF (art.43).	Depósitos de Disponibilidades Financeiras de Caixa em Instituições Oficiais.	Regular (peças nº 19 a 22).
CF/1988 (art. 37, caput) e LCF nº 101/2000 – LRF (art. 48, caput).	Transparência e Publicidade.	Regular (peça nº 4).

2.3.4) Do Orçamento

Nos termos do art. 2º da Lei Federal nº 4.320/1964, a lei orçamentária anual deve conter a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica, financeira e o programa de trabalho do fundo obedecido os princípios de Unidade, Totalidade, Universalidade, Anualidade ou Periodicidade, Exclusividade, Especificação, Especialização ou Discriminação, Não Vinculação ou Não Afetação das Receitas, Orçamento Bruto, Equilíbrio, Legalidade, Publicidade, Clareza ou Objetividade e Exatidão.

À vista disso, a Lei Municipal nº 1.891/2012 - LOA, Processo TC/4627/2013, autorizou **créditos orçamentários** para o Fundo na quantia de R$ 12.229.205,24, peça nº 4, e estimou receita no valor de R$ 7.415.843,30.

Destarte, obedecido ao montante dos créditos adicionais abertos em conformidade com os decretos elencados no Anexo I do apêndice deste parecer, há **legitimidade** na registrada despesa autorizada atualizada de R$ 15.374.753,65, ou melhor, (R$ 12.229.205,24 + R$ 3.145.548,41), circunstâncias que retratam os acatamentos dos artigos, 42, 43 e 102 da Lei Federal nº 4.320/1964.

Enfatiza-se que os decretos enviados, peça 16, não apresentam a

exposição justificativa, o que restou afetado o cumprimento do "*caput*" do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64. Veja-se na transcrição infraconstitucional em baixo:

> *"Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa* ***e será precedida de exposição justificativa."***

A doutrina e decisões de Pleno das Cortes de Contas têm-se manifestado nesse sentido. É o caso do Tribunal de Contas de Minas Gerais que ressaltou por meio das consultas 876.934 e 742.472, que não basta previsão na Lei Orçamentária: sendo indispensável que a autorização, com indicação da forma de alocação de cada recurso e seu destino, além da justificativa, ocorra por lei específica ou decreto do Poder executivo. Veja-se em baixo:

> *CONSULTA N. 876.934*
> *RELATOR: CONSELHEIRO MAURI TORRES*
> *Tribunal Pleno- Sessão: 22/08/2012*
> *EMENTA: CONSULTA — CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO — AUTARQUIA — SUPERAVIT FINANCEIRO EM EXERCÍCIO ANTERIOR — FONTE PARA ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO PRÓPRIO — AUTONOMIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA — JUSTIFICATIVA — DECRETO DO EXECUTIVO OU LEI AUTORIZATIVA*
> *1. A autarquia pode utilizar o superavit financeiro do exercício anterior apurado em seu balanço patrimonial, como fonte de recurso para abertura de crédito suplementar em seu próprio orçamento, independentemente de deficit no orçamento do Executivo Municipal, uma vez que as receitas das autarquias, em razão de sua autonomia administrativa e financeira, não se confundem com as do Executivo.*
> ***2. A abertura de crédito suplementar e especial no próprio orçamento da autarquia deve ser justificada e precedida de decreto do Executivo Municipal ou de lei autorizativa.*** *(Grifo nosso)*
> *(Fonte: http://revista.tce.mg.gov.br/Content/Upload/Materia/1743.pdf Acesso em: 20/mar/2015).*
> *CONSULTA Nº 742472*
> *RELATOR: CONSELHEIRO WANDERLEY ÁVILA*
> *TRIBUNAL PLENO – SESSÃO: 07/5/08*
> *Presidente: Conselheiro Elmo Braz*
> *Relator: Conselheiro Wanderley Ávila*
> *Ementa: Impossibilidade de a lei orçamentária, ou mesmo outro diploma legal do município, admitir a abertura de créditos suplementares sem indicar o percentual sobre a receita orçada, limitativo à suplementação de dotações orçamentárias previstas no orçamento. Princípios do planejamento e da transparência.* ***A abertura de créditos suplementares deve-se dar por meio de expedição de decreto com a devida justificativa.*** *Limites delineados no art. 7º da Lei n. 4.320/64 obedecidas às*

disposições do art. 43 da citada lei. Esclarecimentos acerca da distinção entre os conceitos de remanejamento, transferência e transposições. No caso de incidência de remanejamento, transferência ou transposição, não basta previsão na lei orçamentária, é indispensável que a autorização, com a indicação da forma de alocação de cada recurso e seu destino, se dê através de lei específica.
(Fonte:http://200.198.41.151:8081/tribunal_contas/2008/03/-sumario?next=22 Acesso em: 20/mar/2015).

Independentemente da Lei Orçamentária Anual do exercício de 2013, conter em seu artigo 7º autorizações para aberturas de créditos adicionais no limite de até 35% das despesas autorizadas, não foi possível, neste processo, aferir se tal limite foi observado pelo gestor, uma vez que, nas contas de gestão do fundo, só devem ser enviados os Decretos Orçamentários que alteram o seu respectivo orçamento.

Por conseguinte, no que tange aos créditos adicionais abertos, esta Auditoria pode abonar o seguinte:

- Existe autorização legislativa para abertura de créditos suplementares, mas não foi possível aferir neste processo o cumprimento do limite estabelecido;
- O rito legal de abertura não foi observado em sua totalidade pelo chefe do Poder Executivo Municipal, uma vez que não se comprovou a existência de "exposição justificativa" precedente aos seus respectivos Decretos, conforme determina o art. 43, **caput** da Lei Federal nº 4.320/64;
- Restaram comprovadas às alterações efetuadas no orçamento do FMS; e
- Restaram atendidas as determinações expostas no artigo 42 e § 1º, incisos I a III, do artigo 43, ambos da Lei Federal nº 4.320/64.

Em resumo, ressalta-se que o art. 42, IX da LCE nº 160/2012 (LO-

TCE/MS) caracteriza como infração à normal legal a prática de qualquer ato administrativo sem a observância dos requisitos formais ou materiais exigidos.

2.3.5) Execução Orçamentária da Receita e da Despesa

A execução orçamentária da receita acatou a disposição do art. 11 da Lei Federal nº 4.320/1964 e Portaria Interministerial nº 163, de 04.05.2001 do MF e MPOG, por apresentar justamente a classificação econômica da receita orçamentária, conforme visto no Anexo 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada, peça nº 10, o qual evidencia receita orçada de R$ 7.415.843,30 e arrecadada na ordem de R$ 6.641.740,47.

Comutada a matéria, restou suprida a determinação do art. 12 da Lei Federal nº 4.320/1964, da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 do MF e MPOG e da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999 do MPOG, por apresentar a fixação inicial e a realização da despesa orçamentária por categorias econômicas e por classificação funcional, conforme constatado no Anexo 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada, peça nº 11, o qual demonstra despesa autorizada atualizada de R$ 15.374.753,65 e empenhada na ordem de R$ 14.880.429,95.

No final, em consulta ao Fundo Nacional de Saúde[1] (Ministério da Saúde), extrai-se que foram feitas transferências intergovernamentais[2] para o Fundo de Saúde de Santa Rita do Pardo – MS, na ordem de R$ 5.420.876,26, conforme Anexo II do apêndice deste parecer, as quais **não** correspondem aos valores detalhados no Anexo 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada, peça nº 10, no total de R$ 5.102.368,06, no que diz respeito às “Transferências da União” para “Assistência Farmacêutica”, “Atenção Básica”, “Investimento”, “Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar” e “Vigilância em Saúde”, o que origina uma diferença a menor de R$ 318.508,14.

[1] http://www.fns.saude.gov.br/visao/consultarPagamento/pesquisaDetalhadaAcao.jsf- Consulta em 23/09/2015.
[2] Transferências intergovernamentais.

Na mesma perspectiva, certificam-se as equivalentes feitas pelo Estado, para "Programas de Saúde", junto ao portal da Secretaria de Estado de Saúde - MS"[3], em conformidade com o Anexo III do apêndice deste parecer na ordem de R$ 801.528,48, o que **diverge** da quantia de R$ 805.356,20 consignada no Anexo 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada, peça nº 10, fato que originou uma desigualdade a maior de R$ 3.827,72.

Supraditas diversidades entre os citados informes monetários geram incerteza, quanto às precisões dos registros das demonstrações contábeis que compõem esta prestação de contas anuais de gestão, cenário que esta Auditoria entende como infração prevista nos termos do art. 42, VIII da LCE nº 160/2012 (LO-TECEMS).

2.3.6) Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis escritas no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, na Demonstração das Variações Patrimoniais e no Balanço Patrimonial devem seguir as normatizações explicitadas nos artigos 102, 103, 104 e 105, todos da Lei Federal nº 4.320/1964.

Na espécie, extrai-se que as contas apresentadas estão formatadas nos padrões dos anexos exigidos nas disposições dos artigos em acima aludidos, ou melhor:

a) Anexo 12 (Balanço Orçamentário), peça nº 5;
b) Anexo 13 (Balanço Financeiro), peça nº 6;
c) Anexo 14 (Balanço Patrimonial), peça nº 7;
d) Anexo 15 (Demonstração das Variações Patrimoniais), peça nº 8.

De mais a mais, vistos e investigadas as demonstrações contábeis estas mostram, em síntese, os resultados consignados nos quadros, em baixo:

[3] http://www.saude.ms.gov.br/sesmunicipios/ - Consulta em 23/09//2015.

ORÇAMENTÁRIO	Quadro 1
ESPECIFICAÇÃO	**(R$)**
1. Receitas Arrecadadas	6.641.740,47
2. Despesas Empenhadas	14.880.429,95
3. Deficit Orçamentário[4] = (1 - 2)	**8.238.689,48**

Fonte: Anexo 12 (Balanço Orçamentário), peça nº 5.

FINANCEIRO	Quadro 2
ESPECIFICAÇÃO	**R$**
1. Disponibilidade financeira do Exercício Anterior	1.216.129,59
2. Receita Orçamentária	6.641.740,47
3. Receita Extraorçamentária	9.965.173,71
4. Soma	**17.823.043,77**
5. Despesa Orçamentária	14.880.429,95
6. Despesa Extraorçamentária	2.033.259,93
7. Soma	**16.913.689,88**
8. Disponibilidade Financeira para o Exercício Seguinte = (4 - 7)	**909.353,89**

Fonte: Anexo 13 (Balanço Financeiro), peça nº 6.

PATRIMONIAL	Quadro 3
ESPECIFICAÇÃO	**R$**
1. Variações Patrimoniais Ativas	14.901.367,38
2. Variações Patrimoniais Passivas	15.757.868,61
3. Deficit Patrimonial. (1-2)	**856.501,23**

Fonte: Anexo 15 (Demonstração das Variações Patrimoniais), peça nº 8.

ATIVO REAL LÍQUIDO / PASSIVO REAL A DESCOBERTO	Quadro 4
ESPECIFICAÇÃO	**R$**
1. Ativo Real Líquido do Exercício Anterior	777.834,91
2. Superavit Patrimonial do Exercício	856.501,23
4. Passivo Real a Descoberto	**78.666,32**
Resultado do Exame. Regular = (1±2 = BP) Irregular = (1±2 ≠ BP)	**Regular**

Fonte: Anexo 14 – Balanço Patrimonial do Exercício Anterior, Balanço Patrimonial do Exercício e Demonstração das Variações Patrimoniais, peças nº 7, 8 e 18.

Recepcionadas as sínteses das demonstrações contábeis dos quadros

[4] O deficit orçamentário não levou em consideração o superavit financeiro do exercício anterior de R$ 777.834,91 e as Transferências Financeiras Recebidas do Tesouro Municipal, no valor de R$ 7.278.936,71, peças nº 6 e 18.

dos balanços gerais expostas em cima, constata-se que as mesmas **não** respeitam aos comandos dos artigos 102, 103, 104 e 105 da Lei Federal nº 4.320/1964, dado ao seguinte fato:

a. Discrepâncias nos registros das transferências intergovernamentais do Ministério da Saúde e da Secretaria de Estado de Saúde para o Fundo, segundo o exposto no **subitem 2.3.6. Execução Orçamentária da Receita e da Despesa**, o que singulariza infração prevista no art. 42, VIII, da LCE nº 160/2012 (LOTCE).

2.3.7) Lei Complementar nº 141/2012

Nos termos do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012, o Fundo de Saúde, instituído por lei e mantido em funcionamento pela administração direta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, constituir-se-á em unidade orçamentária e gestora dos recursos destinados a ações e serviços públicos de saúde.

Estatui o art. 20 da *supradita* Lei que as transferências da União e dos Estados para os Municípios, destinadas a financiar as ações e serviços públicos de saúde, serão realizadas diretamente pelos Fundos de Saúde de forma regular e automática, em conformidade com os critérios de transferências aprovados pelo respectivo Conselho de Saúde.

Na apreciação destas contas anuais de gestão, **com base nas informações nela contidas**, constatou-se que foram atendidas as disposições dos artigos 3º, 4º e 7º, todos, do aludido diploma infraconstitucional.

O mencionado art. 3º, incisos I a XII, estipula quais serão as ações e serviços públicos de saúde para efeito da aplicação dos recursos mínimos previstos em lei. De outro lado, o art. 4º, incisos I a X, estipula quais ações e serviços públicos de saúde não serão considerados para tal fim.

No caso, as despesas foram regularmente constituídas, em respeito ao comando dos artigos 3º e 4º da citada legislação.

À luz do que dispõe o art. 7º da Lei Complementar em debate, os Municípios e o Distrito Federal aplicarão anualmente em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 15% (quinze por cento) da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea “b” do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos, da Constituição Federal.

Na espécie, em conformidade com os documentos dos autos, extrai-se que foi aplicado, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, o patamar mínimo de 15% da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea “b” do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da CF/1988, conforme evidencia o “Cálculo dos Gastos com as Ações e Serviços Públicos de Saúde”, 27,02**%,** no Anexo IV deste parecer.

Reza o art. 25 da Lei infraconstitucional em debate, que ocasional diferença que implique o não atendimento, em determinado exercício, dos recursos mínimos previstos de 15%, observar-se-á o disposto no inciso II do parágrafo único do art. 160 da Constituição Federal/1988, a qual deverá ser acrescida ao montante mínimo do exercício subsequente ao da apuração da diferença, sem prejuízo do montante mínimo do exercício de referência e das sanções cabíveis.

Por fim, nas contas, em exame, não se constatou eventual diferença de recursos a serem aplicados no exercício seguinte.

2.3.8) Das Irregularidades

Escorado no exame dos autos, subsistem as irregularidades certificadas em baixo:

a. Não acatamento da Letra B, do Anexo I, Capítulo I, Seção II, Item 2, Subitem 2.4, do Manual de Remessa de Informações, aprovado pela INTCE nº 35/2011, pelos motivos expostos no **subitem 2.3.2. Remessa Obrigatória de Dados e Documentos**, incorrendo com isso em infração prevista no art. 42, II, da LCE nº 160, de 02 de janeiro de 2012; e

b. Contabilização desigual das transferências intergovernamentais do Fundo Nacional de Saúde[5] (Ministério da Saúde) e da Secretaria de Estado de Saúde – MS, conjuntura que caracteriza infração prevista nos termos do art. 42, VIII da LCE nº 160/2012 (LO-TECEMS), consoante com o exposto no **subitem 2.3.6. Execução Orçamentária da Receita e da Despesa**; e

c. Transgressões dos comandos dos artigos 102, 103, 104 e 105 da Lei Federal nº 4.320/1964, levado em consideração o episódio da supra alínea "b".

Repara-se que os Decretos de aberturas de créditos adicionais não estão precedidos de exposição justificativa determinada no artigo 43, *caput* da Lei Federal 4.320/64, fato que propicia recomendar na apreciação das Contas Anuais de Governo do Prefeito Municipal atentar para o cumprimento de tais disposições infraconstitucionais.

2.3.9) Avaliação de Legitimidade e Economicidade

A avaliação da legitimidade e da economicidade não faz parte dos itens a serem analisados por esta Auditoria para a emissão do presente parecer, sendo objeto de atuação do controle externo a cargo deste Tribunal, por meio de processos de instrumentos de fiscalização dos quais dispõe o art. 26 da LCE nº 160/2012.

[5] http://www.fns.saude.gov.br/visao/consultarPagamento/pesquisaDetalhadaAcao.jsf- Consulta em 23/09/2015.

2.3.10) Documentos Digitalizados de Veracidade Ideológica Presumida

O parecer ora exarado foi fundamentado, exclusivamente, no exame de documentos digitalizados de veracidade ideológica presumida, ficando, portanto, ressalvadas quaisquer impropriedades e irregularidades porventura encontradas por meio de processos de instrumentos de fiscalização que dispõe o art. 26 da LCE nº 160/2012.

3. CONCLUSÃO

Em deferência ao fundamento do art. 14, I da LCE nº 160/2012 – (LO-TCEMS), esta Auditoria perquiriu as Contas Anuais de Gestão em tela, pertinente ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Água Clara – MS, inerente ao exercício financeiro de 2013, de responsabilidade da Jurisdicionada **Senhora Débora Queiroz de Oliveira Marim**, (Secretária Municipal de Saúde) momento que assim opina:

3.1. Pela **irregularidade das contas**, com fundamento nos artigos 37, 42, II, VIII, conjugado com o art. 59, III, ambos da LCE n.º 160/2012 (LO-TCE/MS), igualmente dos 102, 103, 104 e 105 da Lei Federal nº 4.320/1964.

Reputada à disciplina do ordenamento jurídico da LCE nº 160/2012 (LO-TCEMS), sugere-se aplicações de multas em virtudes dos seguintes atos infracionais:

3.2. Da prevista no art. 46:

a. Dado ao não acatamento da Letra B, do Anexo I, Capítulo I, Seção II, Item 2, Subitem 2.4, do Manual de Remessa de Informações, aprovado pela IN-TCE nº 35/2011, pelos motivos expostos no **subitem 2.3.2. Remessa Obrigatória de Dados e Documentos**;

3.3. Da prevista no art. 45, I:

a. Dado a infração do art. 42, VIII, pelo motivo das transgressões dos comandos dos artigos 102, 103, 104 e 105 da Lei Federal nº 4.320/1964, levados em considerações os registros irregulares das transferências intergovernamentais, conforme exposto **subitem 2.3.6. Execução Orçamentária da Receita e da Despesa**.

Por fim, sugere o que segue:

3.4. Na ocasião da apreciação das Contas de Governo do Prefeito Municipal, seja recomendado:

a. O cumprimento do artigo 43, *caput* da Lei Federal 4.320/64, quanto à necessidade da exposição e justificativa da despesa para abertura de créditos adicionais.

É o parecer.

Campo Grande, 23 de setembro de 2015.

CELIO LIMA DE OLIVEIRA
CONSELHEIRO SUBSTITUTO

magl

APÊNDICES

ANEXO I

CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS				
FONTES/ REFERÊNCIAS LOA/ DECRETOS	**DOTAÇÃO INICIAL (a)**	**SUPLEMENTAÇÃO (b)**	**ANULAÇÃO DOTAÇÃO PRÓPRIA (c)**	**DOTAÇÃO ATUAL (D) = (a+b-c)**
LOA	12.229.205,24	0,00	0,00	12.229.205,24
2828/2013		7.000,00	7.000,00	
2834/2013		594.400,00	594.400,00	
2835/2013		115.400,00	115.400,00	
2855/2013		480.125,00	480.125,00	
2863/2013		478.500,00	445.500,00	
2867/2013		838.500,00	203.000,00	
2873/2013		424.600,00	4.000,00	

2875/2013		479.450,00	41.950,00	
2883/2013		887.800,00	36.600,00	
2885/2013		938.531,00	170.782,59	
Total Apurado	**12.229.205,24**	**5.244.306,00**	**2.098.757,59**	**15.374.753,65**
Total Registrado	**12.229.205,24**	**5.244.306,00**	**2.098.757,59**	**15.374.753,65**
			Resultado do Exame	**Regular**

Fonte: Decretos, peça 16.

ANEXO II
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO INTERGOVERNAMENTAIS E VOLUNTÁRIAS

Resultado da Pesquisa

UF: MS
Ano: 2013
Código IBGE: 500290 População: 21.622 habitantes Ano Censo: 2015

Total de Repasses por Bloco

Bloco	Valor Total	Valor Desconto	Valor Líquido
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	R$ 110.552,76	R$ 0,00	R$ 110.552,76
ATENÇÃO BÁSICA	R$ 2.817.544,71	R$ 0,00	R$ 2.817.544,71
GESTÃO DO SUS	R$ 30.000,00	R$ 0,00	R$ 30.000,00
INVESTIMENTO	R$ 433.160,00	R$ 0,00	R$ 433.160,00
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	R$ 1.808.771,05	R$ 4.294,92	R$ 1.804.476,13
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	R$ 225.142,66	R$ 0,00	R$ 225.142,66
Total Geral	R$ 5.425.171,18	R$ 4.294,92	R$ 5.420.876,26

Entidade	CNPJ	Valor Líquido
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CASSILANDIA-MS	14.540.893/0001-72	R$ 5.420.876,26
		Total Geral: R$ 5.420.876,26

ANEXO III
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO INTERGOVENAMENTAIS E VOLUNTÁRIAS

Repasses da SES para a Pref. Municipal de CASSILANDIA/MS

Fonte 0100

ASSISTENCIA FARMACEUTICA	OB	Data	Valor	Destino/Incentivo
AF - FARMACIA BASICA	2013OB00752	24/01/2013	3.187,89	FARMACIA BASICA PARC.12 - 2012
	2013OB01214	08/02/2013	3.270,34	FARMACIA BASICA PARC. 01 - 2013
	2013OB01814	01/03/2013	3.270,34	FARMACIA BASICA PARC. 02 - 2013
	2013OB02854	02/04/2013	3.270,34	FARMACIA BASICA PARC. 03 - 2013
	2013OB04086	02/05/2013	3.270,34	FARMACIA BASICA PARC. 04 - 2013
	2013OB05201	04/06/2013	3.270,34	FARMACIA BASICA PARC. 05 - 2013
	2013OB06466	01/07/2013	3.270,34	FARMACIA BASICA PARC. 06 - 2013
	2013OB07795	02/08/2013	3.270,34	FARMACIA BASICA PARC. 07 - 2013

	2013OB09070	02/09/2013	3.270,34	FARMACIA BASICA PARC. 08 - 2013
	2013OB10644	07/10/2013	4.149,46	FARMACIA /INSULINO PARC. 09 - 2013
	2013OB12157	18/11/2013	4.149,46	FARMACIA /INSULINO PARC. 10 - 2013
	2013OB13992	26/12/2013	4.149,46	FARMACIA /INSULINO PARC. 11 - 2013
	2013OB14474	26/12/2013	4.149,46	FARMACIA /INSULINO PARC. 12 - 2013
Valor Total AF - FARMACIA BASICA			**45.948,45**	
AF - INSULINOS DEPENDEN-TES	2013OB00780	24/01/2013	856,96	INSULINOS - PARC. 12 - 2012
	2013OB01215	08/02/2013	879,12	INSULINOS - PARC. 01 - 2013
	2013OB01815	01/03/2013	879,12	INSULINOS - PARC. 02 - 2013
	2013OB02855	02/04/2013	879,12	INSULINOS - PARC. 03 - 2013
	2013OB04085	02/05/2013	879,12	INSULINOS - PARC. 04 - 2013
	2013OB05202	04/06/2013	879,12	INSULINOS - PARC. 05 - 2013
	2013OB06465	01/07/2013	879,12	INSULINOS - PARC. 06 - 2013
	2013OB07794	02/08/2013	879,12	INSULINOS - PARC. 07 - 2013
	2013OB09069	02/09/2013	879,12	INSULINOS - PARC. 08 - 2013
Valor Total AF - INSULINOS DEPENDENTES			**7.889,92**	
Valor Total ASSISTENCIA FARMACEUTICA			**53.838,37**	
ATENCAO BASICA	**OB**	**Data**	**Valor**	**Destino/Incentivo**
ATB - CAPS - SAUDE MENTAL	2013OB00759	23/01/2013	3.000,00	SAUDE MENTAL - CAPS - PARC. 12 - 2012
	2013OB00760	23/01/2013	3.000,00	SAUDE MENTAL - CAPS - PARC. UNICA - 2012
	2013OB01271	08/02/2013	3.000,00	SAUDE MENTAL - CAPS - PARC. 01 - 2013
	2013ob01974	07/03/2013	3.000,00	SAUDE MENTAL - CAPS - PARC. 02 - 2013
	2013OB02997	05/04/2013	3.000,00	SAUDE MENTAL - CAPS - PARC. 03 - 2013
	2013OB04434	10/05/2013	3.000,00	SAUDE MENTAL - CAPS - PARC. 04 - 2013
	2013OB05330	07/06/2013	3.000,00	SAUDE MENTAL - CAPS - PARC. 05 - 2013
	2013OB06892	11/07/2013	3.000,00	SAUDE MENTAL - CAPS - PARC. 06 - 2013
	2013OB08095	09/08/2013	3.000,00	SAUDE MENTAL - CAPS - PARC. 07 - 2013
	2013OB10191	24/09/2013	3.000,00	SAUDE MENTAL - CAPS - PARC. 08 - 2013
	2013OB11348	17/10/2013	3.000,00	SAUDE MENTAL - CAPS - PARC. 09 - 2013
	2013OB12091	11/11/2013	3.000,00	SAUDE MENTAL - CAPS - PARC. 10 - 2013
	2013OB13989	17/12/2013	3.000,00	SAUDE MENTAL - CAPS - PARC. 11 - 2013
Valor Total ATB - CAPS - SAUDE MENTAL			**39.000,00**	

ATB - CEO	2013OB00882	30/01/2013	3.300,00	SAUDE BUCAL - PARC. UNICA - 2012
	2013OB00883	30/01/2013	3.300,00	SAUDE BUCAL - PARC. 12 - 2012
	2013OB01258	08/02/2013	3.300,00	SAUDE BUCAL - PARC. 01 - 2013
	2013OB01973	07/03/2013	3.300,00	SAUDE BUCAL - PARC. 02 - 2013
	2013OB03000	05/04/2013	3.300,00	SAUDE BUCAL - PARC. 03 - 2013
	2013OB04436	10/05/2013	3.300,00	SAUDE BUCAL - PARC. 04 - 2013
	2013OB05333	07/06/2013	3.300,00	SAUDE BUCAL - PARC. 05 - 2013
	2013OB06894	11/07/2013	3.300,00	SAUDE BUCAL - PARC. 06 - 2013
	2013OB08097	12/08/2013	3.300,00	SAUDE BUCAL - PARC. 07 - 2013
	2013OB10193	24/09/2013	3.300,00	SAUDE BUCAL - PARC. 08 - 2013
	2013OB11349	17/10/2013	3.300,00	SAUDE BUCAL - PARC. 09 - 2013
	2013OB12093	11/11/2013	3.300,00	SAUDE BUCAL - PARC. 10 - 2013
	2013OB13790	17/12/2013	3.300,00	SAUDE BUCAL - PARC. 11 - 2013
Valor Total ATB - CEO			**42.900,00**	
ATB - ESF - SAUDE DA FAMI-LIA	2013OB00902	30/01/2013	26.676,00	SAUDE FAMILIA - PARC. 12 - 2012
	2013OB00903	30/01/2013	1.858,15	SAUDE FAMILIA - CER. DEZ/2012
	2013OB01277	14/02/2013	1.858,15	SAUDE FAMILIA - CER. JAN/2013
	2013OB01293	14/02/2013	26.676,00	SAUDE FAMILIA - PARC. 01 - 2013
	2013OB01977	07/03/2013	26.676,00	SAUDE FAMILIA - PARC. 02 - 2013
	2013OB01999	08/03/2013	1.858,15	SAUDE FAMILIA - CER. FEV/2013
	2013OB03004	05/04/2013	1.858,15	SAUDE FAMILIA - CER. MAR/2013
	2013OB03005	08/04/2013	26.676,00	SAUDE FAMILIA - MAR/2013
	2013OB04432	13/05/2013	26.676,00	SAUDE FAMILIA - ABR/2013
	2013OB04433	10/05/2013	1.858,15	SAUDE FAMILIA - CER. ABR/2013
	2013OB05311	06/06/2013	26.676,00	SAUDE FAMILIA - MAI/2013
	2013OB05312	06/06/2013	1.858,15	SAUDE FAMILIA - CER. MAI/2013
	2013OB06888	11/07/2013	26.676,00	SAUDE FAMILIA - JUN/2013
	2013OB06889	11/07/2013	1.858,15	SAUDE FAMILIA - CER. JUN/2013
	2013OB08172	12/08/2013	26.676,00	SAUDE FAMILIA - JUL/2013
	2013OB08173	12/08/2013	1.858,15	SAUDE FAMILIA - CER. JUL/2013
	2013OB10169	25/09/2013	1.858,15	SAUDE FAMILIA - CER. AGO/2013
	2013OB10285	26/09/2013	26.676,00	SAUDE FAMILIA - AGO/2013
	2013OB11647	30/10/2013	1.858,15	SAUDE FAMILIA - CER. SET/2013
	2013OB11649	30/10/2013	26.676,00	SAUDE FAMILIA - SET/2013
	2013OB12186	13/11/2013	1.858,15	SAUDE FAMILIA - CER. OUT/2013
	2013OB12187	13/11/2013	26.676,00	SAUDE FAMILIA - OUT/2013

	2013OB13996	23/12/2013	26.676,00	SAUDE FAMILIA - NOV/2013
	2013OB13997	23/12/2013	1.858,15	SAUDE FAMILIA - CER. NOV/2013
Valor Total ATB - ESF - SAUDE DA FAMILIA			**342.409,80**	
ATB - NASF	2013OB13944	17/12/2013	3.000,00	NASF - DEZEMBRO/2013
Valor Total ATB - NASF			**3.000,00**	
ATB - PACS - AGENTES COMUNITARIOS	2013OB00758	23/01/2013	6.784,00	AGENTE COMUNITARIO - PARC. 12 - 2012
	2013OB01260	14/02/2013	6.784,00	AGENTE COMUNITARIO - JAN/2013
	2013OB01975	07/03/2013	6.784,00	COMUNITARIO - FEV/2013
	2013OB02998	05/04/2013	6.784,00	AGENTE COMUNITARIO - MAR/2013
	2013OB04423	10/05/2013	6.784,00	AGENTE COMUNITARIO - ABR/2013
	2013OB05314	06/06/2013	6.784,00	AGENTE COMUNITARIO - MAIO/2013
	2013OB06870	11/07/2013	6.784,00	AGENTE COMUNITARIO - JUNHO/2013
	2013OB08094	12/08/2013	6.784,00	AGENTE COMUNITARIO - JULHO/2013
	2013OB10344	27/09/2013	6.784,00	AGENTE COMUNITARIO - AGOSTO/2013
	2013OB11370	18/10/2013	6.784,00	AGENTE COMUNITARIO - SETEMBRO/2013
	2013OB12159	13/11/2013	6.784,00	AGENTE COMUNITARIO - OUTUBRO/2013
	2013OB13991	20/12/2013	6.784,00	AGENTE COMUNITARIO - NOVEMBRO/2013
Valor Total ATB - PACS - AGENTES COMUNITARIOS			**81.408,00**	
ATB - SISTEMA PENITENCIARIO	2013OB00756	24/01/2013	3.345,00	SISTEMA PENIT. PARC. 12 - 2012
	2013OB00757	24/01/2013	3.345,00	SISTEMA PENIT. PARC. UNICA - 2012
	2013OB01259	08/02/2013	3.345,00	SISTEMA PENIT PARC. 01 - 2013
	2013OB01976	07/03/2013	3.345,00	SISTEMA PENIT PARC. 02 - 2013
	2013OB02999	05/04/2013	3.345,00	SISTEMA PENIT PARC. 03 - 2013
	2013OB04435	10/05/2013	3.345,00	SISTEMA PENIT ABRIL/2013
	2013OB05334	07/06/2013	3.345,00	SISTEMA PENIT PARC. 05 - 2013
	2013OB06871	11/07/2013	3.345,00	SISTEMA PENIT PARC. 06 - 2013
	2013OB08098	12/08/2013	3.345,00	SISTEMA PENIT PARC. 07 - 2013
	2013OB10228	25/09/2013	3.345,00	SISTEMA PENIT PARC. 08 - 2013
	2013OB11347	18/10/2013	3.345,00	SISTEMA PENIT PARC. 09 - 2013
	2013OB12090	11/11/2013	3.345,00	SISTEMA PENIT PARC. 10 - 2013
	2013OB13937	17/12/2013	3.345,00	SISTEMA PENIT PARC. 11 - 2013
Valor Total ATB - SISTEMA PENITENCIARIO			**43.485,00**	
Valor Total ATENCAO BASICA			**552.202,80**	

MAC - MEDIA E ALTA COMPLE-XIDADE	OB	Data	Valor	Destino/Incentivo
MAC - AMBULATI	2013OB02825	28/03/2013	28.400,00	REP. FINANC. PARC. UNICA, CI 138/13
Valor Total MAC - AMBULATI			**28.400,00**	
MAC - CONTRATMS	2013OB14340	20/12/2013	71.776,01	CONTRAT/MS PARCELA UNICA. CI 2044/13/DGE
Valor Total MAC - CONTRA-TMS			**71.776,01**	
MAC - HFSUS	2013OB00094	10/01/2013	7.571,43	HFSUS DEZ/12 CI-1873/12 NE-3772 3414103
	2013OB01675	25/02/2013	7.571,43	PG HFSUS JAN/13 CI-168/13/DGE/SES/MS
	2013OB02203	12/03/2013	7.571,43	PG REPAS.HFSUS F.FUNDO FEV/13 CI-350/13
	2013OB10374	30/09/2013	45.428,58	HFSUS AGOSTO/13 - CI-1499/13/DGE/SES
	2013OB10510	03/10/2013	7.571,43	HFSUS SETEMBRO/13 CI-1575/13/DGE/SES/MS
	2013OB11695	04/11/2013	7.571,43	HFSUS MES OUTUBRO/13 CI-1734/13/DGE
	2013OB13353	05/12/2013	7.571,43	HFSUS F.A FUNDO CI-1902/13 NOVEMBRO/13
Valor Total MAC - HFSUS			**90.857,16**	
MAC - PPI	2013OB06219	26/06/2013	37,00	PPI CIB - ABRIL/2013
Valor Total MAC - PPI			**37,00**	
Valor Total MAC - MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE			**191.070,17**	
VGS - VIGILANCIA EM SAUDE	**OB**	**Data**	**Valor**	**Destino/Incentivo**
VGS - CVISA - VIGILANCIA SANITARIA	2013OB02514	18/03/2013	1.472,38	PFVISA PARC. JAN/13 - ABR/13
	2013OB07273	24/07/2013	1.472,38	PFVISA PARC. MAIO/13 - AGOS/13
	2013OB12680	22/11/2013	1.472,38	PFVISA PARC. SET/13 - DEZ/13
Valor Total VGS - CVISA - VIGILANCIA SANITARIA			**4.417,14**	
Valor Total VGS - VIGILANCIA EM SAUDE			**4.417,14**	
Valor Total da Fonte 0100			**801.528,48**	
Total Estadual (Recursos Próprios)			**801.528,48**	
Total Federal (sob Gestão Estadual)			**0,00**	
Total Geral			**801.528,48**	

ANEXO IV

MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS GASTOS COM AS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

DEMONSTRATIVO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA REALIZADA EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE, SEGUNDO A SUA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL COM RECURSOS DE TODAS AS FONTES			
FONTES DE RECURSOS DE FINANCIAMENTO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL DE 15%			
FUNDAMENTAÇÃO	**ESPECIFICAÇÃO**	**R$**	**%**
CF/1988 (artigos 156,158 e 159, I, b e § 3º)	**1 - Receitas de Impostos Municipais.**	**4.567.608,01**	
	1.1 - IPTU. → Fonte: Anexo 10 - Consolidado.	651.507,73	
	1.2 - IRRF. → Fonte: Anexo 10 - Consolidado.	659.484,18	
	1.3 - ITBI. → Fonte: Anexo 10 - Consolidado.	2.127.809,36	
	1.4 - ISSQN. → Fonte: Anexo 10 - Consolidado.	1.128.806,74	
	1.5 - (-) Receitas de Impostos Restituídos. → Fonte: Anexo 10 - Consolidado.	0,00	
	2 - Acessórios de Impostos Municipais e Dívida Ativa.	**291.488,38**	
	2.1 - Multas, Juros de Mora sobre Impostos Municipais. → Fonte: Anexo 10 - Consolidado.	143.590,47	
	2.2 - Correção Monetária sobre Impostos Municipais. → Fonte: Anexo 10 - Consolidado.	0,00	
	2.3 - Multas e Juros de Mora sobre Dívida Ativa de Impostos Municipais. → Fonte: Anexo10 - Consolidado.	0,00	
	2.4 - Correção Monetária sobre Dívida Ativa de Impostos Municipais. → Fonte: Anexo 10 - Consolidado.	0,00	
	2.5 - Dívida Ativa Tributária sobre Impostos Municipais. → Fonte: Anexo 10 - Consolidado.	147.897,91	
	3 - Receitas de Impostos Transferidos da União.	**14.015.147,43**	
	3.1 - Cota-Parte do FPM. → Fonte: Anexo 10 - Consolidado.	13.021.369,68	
	3.2 - Cota-Parte do ITR. → Fonte: Anexo 10 - Consolidado.	955.539,53	
	3.3 - ICMS Desoneração - L.C Nº 87/1996. → Fonte: Anexo 10 - Consolidado.	38.238,22	
	3.4 - Cota-Parte IOF - Ouro. → Fonte: Anexo 10 - Consolidado.	0,00	
	4 - Receitas de Impostos Transferidos do Estado.	**11.237.447,15**	
	4.1 - Cota Parte do IPVA. → Fonte: Anexo 10 - Consolidado.	1.167.881,98	
	4.2 - Cota-Parte do ICMS. → Fonte: Anexo 10 - Consolidado.	9.987.535,11	
	4.3 - Cota-Parte do IPI Exportação. → Fonte: Anexo 10 - Consolidado.	82.030,06	
	5 - Receita Arrecadada Base de Cálculo do Limite Mínimo Constitucional de 15%. → R$ = (1+2+3+4) → % = 100%.	**30.111.690,97**	**100,00**
CF/1988 (art. 198, § 2º) e LFC nº 141/2012 (art. 7º e 25, *caput*)	**DESPESA EMPENHADA POR SUBFUNÇÃO EM SAÚDE COM RECURSOS DE TODAS AS FONTES**		
	6 - Atenção Básica. → Fonte: Anexo 7.	9.035.519,82	
	7 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial. → Fonte: Anexo 7.	5.233.582,71	
	8 - Suporte Profilático e Terapêutico. → Fonte: Anexo 7.	458.666,73	
	9 - Vigilância Sanitária. → Fonte: Anexo 7.	152.660,69	
	10 - Vigilância Epidemiológica. → Fonte: Anexo 7.	0,00	
	11 - Assistência aos Povos Indígenas. → Fonte: Anexo 7.	0,00	
	12 - Outras Subfunções: Administração Geral. → Fonte: Anexo 7.	0,00	
	13 - Total da Despesa Empenhada por Subfunção em Saúde com Recursos de Todas as Fontes. → R$ = (6 + 7 + 8 + 9 + 10 + 11 + 12) → % = 100%.	**14.880.429,95**	
	14 - (-) Alimentação e Nutrição. → Fonte: Item 11.	0,00	
	15 - (-) Despesa com Saúde não Computada, conforme disposto no art. 4º da LCF nº 141, de 13.01.2012. → Fonte: Cota do Auditor –Art. 4º, Inciso V – LC nº 141/2012.	0,00	
	16 - (-) Restos a Pagar Inscritos no Exercício por Contas dos Recursos de Todas as Fontes sem Limite de Disponibilidade de Caixa. → Fonte: Anexos 14 e 15.	0,00	
	17 - Total da Despesa Realizada em Saúde por Subfunção com Recursos das Fontes do Limite Mínimo Constitucional de 15%. → R$ = (13 - 14 - 15 - 16) → % = (17 / 5).	**14.880.429,95**	**49,42**
	18 - 15% das Fontes de Recursos da Base Constitucional a Aplicar em Saúde. → R$ = (5 x 15%) → % = 15%.	**4.516.753,65**	**15,00**
LCF nº 101/2000 – LRF (art. 8º,	**DESPESA CUSTEADA COM RECURSOS DE OUTRAS FONTES DESTINADAS A SÁUDE NÃO COMPUTADA PARA FIM DE APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL DE 15%, INCLUSIVE CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR, NO EXERCÍCIO.**		

parágrafo único)	19 - Despesas Custeadas com Recursos de Transferências da União para o Sistema Único de Saúde – SUS. → Fonte: Anexo 10.	5.102.368,06	
	20 - Despesas Custeadas com Recursos de Transferências do Estado para o Sistema Único de Saúde – SUS. → Fonte: Anexo 10.	805.356,20	
	21 - Despesas Custeadas com Recursos de Transferências Voluntárias de Convênios. → Fonte: Anexo 10.	370.348,00	
	22 - Despesas Custeadas com Receita de Operações de Crédito Vinculadas à Saúde. → Fonte: Anexo 10.	0,00	
	23 - Despesas Custeadas com Receita de Aplicação Financeira de Recursos da Saúde, conforme Fundo de Saúde. → Fonte: Anexo 10.	321.526,87	
	24 - Despesas Custeadas com 25% dos Recursos das Parcelas da Participação no Resultado ou na Compensação Financeira pela Exploração de Petróleo e Gás Natural, conforme § 3º do Art. 2º da Lei Federal nº 12.858, de 09.09.2013. → Fonte: Anexo 10.	0,00	
	25 - Despesa Custeada com Recursos de Outras Receitas Transferidas pela União e Estado para Financiamento da Saúde. → Fonte: Anexo 10 do Balanço do Fundo de Saúde.	0,00	
	25.1 - Despesa Custeada com Recursos de Outras Receitas para Financiamento da Saúde. → Fonte: Anexo 10.	42.141,34	
	26 - Cancelamento de Restos Pagar, no exercício, para Compensar sua Inclusão como Despesa Realizada no Exercício Anterior, contabilizado na forma do art. 2º da LCF nº 141, de 13.01.2012. → Fonte: Anexo 15.	103.251,54	
	27 - Se Houver Despesa Custeada com a Parcela do Percentual Constitucional Mínimo de 15% que não foi Aplicado em Ações e Serviços de Saúde no Exercício Anterior, *Caput* do Art. 25 da LCF nº 141, de 13.01.2012. → Fonte: Anexo 15.	0,00	
	28 - Total da Despesa Custeada com Recursos de Outras Fontes Destinadas a Saúde não Comutada para fim de Apuração do Limite Mínimo Constitucional de 15%. → R$ = (19 + 20 + 21 + 22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27) → % = 100%.	**6.744.992,01**	**100,00**
CF/1988 (art. 198, § 2º) e LFC nº 141/2012 (art. 7º e 25, *caput*)	**RESULTADO, NO EXERCÍCIO, DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS CONSTITUCIONAIS DO LIMITE MÍNIMO DE 15% A APLICAR E APLICADO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE, CRESCIDO DO VALOR NOMINAL DA PARCELA NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO ANTERIOR**		
	29 - Recursos a Aplicar com as Fontes do Limite Mínimo Constitucional de 15% em Ações e Serviços Públicos de Saúde. → R$ = Item 18 → % = 15%.	4.516.753,65	15,00
	30 - Despesa Realizada com as Fontes de Recursos do Limite Mínimo Constitucional de 15%, em Ações e Serviços Públicos de Saúde. → R$ = (17 - 28) → % = (30 / 5).	**8.135.437,94**	**27,02**
	31 - Eventual Diferença da Parcela das Fontes de Recursos do Limite Mínimo Constitucional de 15% não Aplicado, no exercício, em Ações e Serviços Públicos de Saúde. → Fonte: Caput do Art. 25 da LCF nº 141, de 09.09.2013. → R$ = (29 - 30) → % = (31 / 5).	0,00	0,00
	32 - Resultado do Exame da Aplicação em Saúde, no Exercício, dos Recursos do Limite Constitucional Mínimo de 15%. → Regular 30 > 29 → Irregular 30 < 29.	**Regular**	

Fonte: Anexo 10 – Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada Consolidado da PM Processo TC/2754/2014, peça nº 10 e Anexo 6 – Programa de Trabalho, Anexo - Balanço Financeiro, Anexo 14 – Balanço Patrimonial e Anexo 15 – Demonstração das Variações Patrimoniais, peças nº 6, 7 8 e 9.